

A educação politécnica e a formação política dos jovens

Polytechnic education and political training for young people

Educación politécnica y formación política para jóvenes

Priscila da Silva Soares - Instituto Federal do Acre – IFAC | Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo ProfEPT – IFAC | Rio Branco | AC | Brasil. E-mail: priscila.soares@ifac.edu.br | 

Wilkerson Oliveira de Avilar - Instituto Federal do Acre – IFAC | Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT IFAC | Rio Branco | AC | Brasil. E-mail: wil.avilar@gamil.com | 

Roberta Pasqualli - Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC | Departamento de Desenvolvimento de Ensino | Chapecó | SC | Brasil. E-mail: roberta.pasqualli@ifsc.edu.br | 

Resumo: A preocupação central desse ensaio volta-se para a discussão acerca da educação politécnica e as suas contribuições na formação política dos jovens, visto que algumas escolas estão mais atentas às métricas das avaliações diagnósticas do Ministério da Educação (MEC) do que em formar para o exercício da cidadania e preparar para o mundo do trabalho. Foi constituído numa abordagem qualitativa e dialética, produzido por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental. Como repercussões assume-se que a politécnica contribui com o desenvolvimento do senso de importância da participação política nos jovens, tendo em vista que se espera que o sujeito formado em seus aspectos culturais, científicos, técnicos e tecnológico, ou seja, na categoria da totalidade, seja mais crítico e reflexivo.

Palavras-chave: politécnica; juventudes; formação política.

Abstract: The central concern of this essay turns to the discussion about polytechnic education and its contributions in the political formation of young people, since some schools are more attentive to the metrics of the diagnostic evaluations of the Ministry of Education (MEC) than in training for the exercising citizenship and preparing for the world of work. It was constituted in a qualitative and dialectical approach, produced through bibliographic research and document analysis. As repercussions, it is assumed that polytechnics contribute to the development of a sense of importance of political participation in young people, given that it is expected that the subject formed in its cultural, scientific, technical and technological aspects, that is, in the category of totality, be more critical and reflective.

Keywords: polytechnic; youths; political formation.

Resumen: La preocupación central de este ensayo gira en torno a la discusión sobre la educación politécnica y sus aportes en la formación política de los jóvenes, ya que algunas escuelas están más atentas a las métricas de las evaluaciones diagnósticas del Ministerio de Educación (MEC) que a la formación para el ejercer la ciudadanía y prepararse para el mundo del trabajo. Se constituyó en un abordaje cualitativo y dialéctico, producido a través de investigación bibliográfica y análisis de documentos. Como repercusiones, se asume que los politécnicos contribuyen al desarrollo de un sentido de importancia de la participación política en los jóvenes, dado que se espera que el sujeto se forme en sus aspectos cultural, científico, técnico y tecnológico, es decir, en la categoría de totalidad, ser más críticos y reflexivos.

Palabras clave: politécnica; jóvenes; formación política.

- Recebido em: 24 de dezembro de 2020
- Aprovado em: 16 de outubro de 2021
- Revisado em: 07 de novembro de 2022

1 Introdução

Para constituir a categoria juventude, a legislação brasileira considerou fatores biológicos e fisiológicos do indivíduo, estabelecendo a idade entre 15 a 29 anos como recorte etário. (BRASIL, 2013). Entretanto, Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015) defendem que, além de fatores biofisiológicos, deve-se considerar aspectos psicológicos e socioculturais, os quais ocorrem em condições diferenciadas, conforme a sociedade, a cultura, a raça, a etnia, a classe social, o gênero, entre outros referenciais objetivos e/ou subjetivos relevantes para os que vivenciam essa idade da vida.

Ser jovem, então, é muito mais do que pertencer a um grupo geracional e, sua feitura, implica em questões que devem ser acampadas e acolhidas pelos diferentes grupos sociais aos quais as juventudes pertencem.

Laranjeira, Iriart e Rodrigues (2016) destacam que,

Ao tomarmos a juventude como categoria social, admitimos a sua posição na ordenação da sociedade, não como mera passagem para a vida adulta, mas como grupo que tensiona os espaços sociais e geracionais, numa conjuntura em que as formas de participação, os cenários políticos, a organização do trabalho se transformam rapidamente. (p. 119).

Corroborando com Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015) e também com Laranjeira, Iriart e Rodrigues (2016), o presente ensaio objetiva trazer para a reflexão aspectos que colaborem com construção da perspectiva de que a educação politécnica pode contribuir na formação política dos jovens, visto que no atual cenário educacional brasileiro, comumente preocupa-se mais em preparar os estudantes para as avaliações diagnósticas do Ministério da Educação (MEC) do que em, realmente, cumprir os fins para os quais deveria se destinar a educação, ou seja, formar para o exercício da cidadania e preparar para o mundo do trabalho.

Este ensaio foi constituído numa abordagem qualitativa e dialética, produzida por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental envolvendo autores como Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015), Castro e Vasconcelos (2007), Guará (2006), Frigotto (2005), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Machado (1991), Martins e Dayrell (2013), Pasqualli, Silva e Silva (2019a) Ramos (2008), Saviani (2003), entre outros.

Para atingir o objetivo expressado anteriormente, o texto está estruturado em 2 momentos que estão apresentados em uma única seção. Nela, dialoga-se com o recorte conceitual

privilegiado, que se aproxima dos termos educação integral, politecnicidade e omnilateralidade, posicionando-o como oposição à formação unilateral, prevalecente em boa parte das escolas brasileiras. Também, discute-se alguns desafios à formação política dos jovens na sociedade atual, assim como sua importância da participação do jovem na política. Indica-se a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), mais especialmente o Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio (ETIEM), como fator fundamental para a materialização do processo de formação integral dos jovens. Por fim, apresentam-se as considerações finais e os referências teóricas trazidos para esta discussão.

2 A educação integral, a politecnicidade e a omnilateralidade na formação política do jovem

Os conceitos de educação integral, omnilateralidade e politecnicidade compreendem o sujeito multidimensionalmente e, nesta perspectiva, buscam formá-lo na sua totalidade, visando à sua emancipação e a transformação social. Para que ocorra o desenvolvimento pleno do indivíduo é preciso conjugar suas capacidades, conectando suas diversas dimensões: cognitiva, afetiva, ética, social, lúdica, estética, física, biológica, entre outras (GUARÁ, 2006).

A mesma autora destaca que:

A concepção de educação integral que a associa à formação integral traz o sujeito para o centro das indagações e preocupações da educação. Agrega-se à ideia filosófica de homem integral, realçando a necessidade de desenvolvimento integrado de suas faculdades cognitivas, afetivas, corporais e espirituais, resgatando, como tarefa prioritária da educação, a formação do homem, compreendido em sua totalidade. (GUARÁ, 2006, p. 16).

Considera-se que

Na formação da cultura brasileira, exerceu uma influência marcante a herança da Antiguidade clássica no tocante ao trabalho manual representado como atividade indigna para um homem livre. Essa herança aqui chegou com os colonizadores ibéricos, provenientes de uma região da Europa onde a rejeição do trabalho manual era especialmente forte, como, também, pela ação pedagógica dos padres jesuítas, que elaboraram a sua maneira a herança clássica. (CUNHA, 2000, p. 7).

Nesta direção, no campo da EPT, apesar dos retrocessos e avanços obtidos ao longo de mais de 100 anos de sua existência, com a eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e

[...] amparada por um momento econômico positivo, a educação profissional brasileira passou por mudanças significativas. Após muitos debates e críticas da comunidade acadêmica ao Decreto nº 2.208/1997, o mesmo foi revogado e, em seu lugar, passou a vigorar o Decreto nº 5.154/2004 que retomou e difundiu a articulação, de forma integrada, entre conhecimento específico e conhecimento técnico. (PASQUALLI; SILVA; SILVA, 2019a. p. 510).

Nesta direção, a integração curricular foi pensada teoricamente numa perspectiva de uma formação que busca associar cultura, ciência, técnica e tecnologia, em oposição ao modelo reprodutivista que antes promovia um tipo de formação para o trabalho manual, destinado aos desvalidos de sorte e poder aquisitivo, e outro tipo para o trabalho intelectual, destinado aos filhos da elite econômica brasileira.

Assim, a EPT é entendida como uma modalidade de educação que visa formar sujeitos críticos, munidos de conhecimentos que os possibilitem agir reflexivamente sobre o processo de trabalho, visto não apenas como fruto da sua ação física, mas também como produção cultural (CASTRO; VASCONCELOS, 2007).

Nesse mesmo segmento, os conceitos de omnilateralidade e politecnia, apesar de distintos, são complementares, já que ambos se referem a uma formação fundamentada na educação humanista. A diferença entre os termos baseia-se na compreensão de que a politecnia pode ser concebida no contexto das relações capitalistas, enquanto a omnilateralidade somente com a superação de tais relações.

Em outras palavras, a formação omnilateral opõe-se à formação unilateral, pois esta é provocada pelo trabalho alienado e pela divisão social do trabalho, pela reificação e pelas relações burguesas estranhadas que é predominante na educação brasileira e, até mesmo, na EPT que, apesar dos conceitos e princípios críticos ainda carrega influências dessa forma de educação (SOUZA JÚNIOR, 2009).

Com relação ao termo politecnia, podemos definir como a apropriação dos diferentes tipos de conhecimento, diferentes técnicas ou múltiplas habilidades. Na visão de Saviani (2003, p. 140), essa perspectiva de formação “[...] diz respeito domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno”.

Machado (1991) contribui com a discussão, esclarecendo que:

É um ensino que tem como por objetivo permitir um processo amplo, de múltiplas construções; é um ensino que permite formar o homem em múltiplas dimensões. Este é o sentido mais exato da palavra politécnico, é um ensino capaz de fazer com que o homem desenvolva as suas potencialidades, que ele se construa na dimensão intelectual, ativa, física, ética, artística etc. (p. 55).

Ao apresentamos os conceitos de politecnicidade na EPT não nos é permitido ignorar a formação escolar da juventude no Ensino Médio e, o que particularmente nos interessa nesta discussão: o ETIEM materializado por meio do currículo integrado. Conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), os debates e formulações no campo do currículo integrado, ocorridos a partir de 2004, com a publicação do Decreto-lei nº 5.154 (BRASIL, 2004) reavivaram formulações defendidas desde a década de 1980 por diferentes setores da sociedade brasileira.

Para Pasqualli, Silva e Silva (2019b), foi a partir de 2004 que:

[...] que se introduziu, na história da educação brasileira, o conceito de politecnicidade, visando a romper com a dualidade entre cultura geral e cultura técnica. As proposições feitas a partir da perspectiva politécnica já estavam presentes durante os debates da Constituinte de 1987 e, posteriormente, nas propostas para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1988 e no projeto original da LDB de 1996. O contexto político e embates educacionais dessa época, no entanto, acabaram impossibilitando que essa perspectiva fosse incorporada integralmente aos documentos oficiais e às políticas públicas no âmbito federal. (p. 107).

Fica evidente, portanto, que entende-se que o currículo integrado no ETIEM deva ser alicerçado por entendimentos críticos da educação, visto que é por meio integração dos saberes que emergem as compreensões de que os sujeitos são produzidos historicamente por meio de movimentos dialéticos com a natureza. Enquanto os indivíduos atuam sobre a natureza e, neste caso, sob a forma do trabalho, também o são modificados por ele, em um processo constante de interação no qual a realidade efetiva se forma por meio de um agregado de múltiplas relações, que muitas das vezes escapa da previsibilidade e do eficientismo de um currículo neutro e de bordas bem delimitadas ou, como afirma Frigotto (2005),

Trata-se de uma base para o entendimento crítico de como funciona e se constitui a sociedade humana em suas relações sociais e como funciona o mundo da natureza, da qual fazemos parte. Dominar no mais elevado nível de conhecimento nestes dois âmbitos é condição prévia para construir sujeitos emancipados, criativos e leitores críticos da realidade onde vivem e com condições de agir sobre ela [...]. (p. 76).

Para Ramos (2008, p. 115), a proposta do currículo integrado “defende que as aprendizagens escolares devem possibilitar à classe trabalhadora a compreensão da realidade para além de sua aparência e, assim, o desenvolvimento de condições para transformá-la em benefício

das suas necessidades de classe”. É, portanto, uma proposta de ensino que visa a integrar formação geral, técnica e política.

Nesta direção, considera-se que a perspectiva do ETIEM seja a mais adequada para despertar os jovens para a realidade da qual fazem parte, uma vez que incentiva a autonomia e o protagonismo juvenil, formando mais que técnicos habilidosos e preparando-os para o exercício da cidadania.

Nesta direção, compreende-se a formação política é fundamental à emancipação dos jovens e para que a sonhada formação integral aconteça de fato. Entende-se, então, que é neste processo que o sujeito desenvolve o senso crítico de pertencimento ao meio social em que vive. Para muitos jovens, esta fase da vida significa poder se expressar, lutar pelos seus direitos, aproveitar as oportunidades que são lhes oferecidas, ter o direito do voto, poder escolher e ir em busca do que acha certo. Essa forma de perceber a juventude acena para a importância da política a essa geração.

Formar politicamente um indivíduo contribuindo para que se torne um sujeito, perpassa por várias questões, dentre elas o acesso à cultura, ao esporte, ao lazer, às instâncias decisórias na escola e/ou na comunidade. De acordo com Klein e Torres (2015), para garantir a efetivação da cidadania, conceito similar à política, é necessário que os jovens articulem projetos individuais e coletivos que possibilita uma participação ativa na sociedade, pois assume responsabilidades que visam o interesse de uma coletividade, o que é a essência da cidadania.

Acerca dos projetos de vidas das juventudes, cabe trazer às reflexões de Laranjeiras, Iriart e Rodrigues (2016) quando afirmam que:

Em uma sociedade em mudança, marcada, paradoxalmente, por grandes avanços tecnológicos, comunicacionais, econômicos e socioculturais e, ao mesmo tempo, por acentuadas desigualdades, sobretudo educacionais, intra e inter-regionais, os jovens têm enormes desafios a enfrentar no delineamento dos seus projetos de vida. (p. 118).

Ao tratar dos projetos de vida juvenis, Leão, Dayrell e Reis (2011) atentam para o fato de que os jovens possuem muita insegurança e incertezas diante dos seus futuros, confundindo os conceitos de projetos com sonhos. Muitas vezes os mais jovens buscam precocemente, na formação de uma família, a estabilidade que somente os adultos e os jovens mais experientes possuem.

Reconhece-se nos mais jovens que conseguem fechar o ciclo do ETIEM o projeto (ou sonho) de uma escolaridade mais ampla e integral. Muitos buscam concretizar os sonhos e

expectativas dos próprios pais, que não tiveram acesso ao ensino superior, especialmente pelo fato de que a expansão e interiorização do Ensino Superior Público no Brasil somente tornou-se realidade a partir dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Vana Rousseff (2011-2016). Por outro lado, os jovens mais experientes procuram assegurar um lugar no mercado de trabalho por meio dos cursos profissionalizantes que, atualmente, são ofertados, em sua maioria, pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), também fruto da expansão do ensino no mesmo período histórico.

Nesta direção, Leão, Dayrell e Reis (2011) ponderam sobre a responsabilidade do jovem sobre si:

Poderíamos dizer que a sociedade joga sobre o jovem a responsabilidade de ser mestre de si mesmo. Mas, no contexto de uma sociedade desigual, além deles se verem privados da materialidade do trabalho, do acesso às condições materiais de vivenciarem a sua condição juvenil, defrontam-se com a desigualdade no acesso aos recursos para lidar com a esta nova semântica do futuro, dificultando-lhes a elaboração de projetos de vida. Como lembra este autor, o dominado é convidado a ser o mestre da sua identidade e de sua experiência social, ao mesmo tempo em que é posto em situação de não poder realizar este projeto. (LEÃO; DAYRELL; REIS, 2011, p. 1081).

Retomando o aspecto da importância da formação política do jovem brasileiro, Klein e Torres (2015), em pesquisa realizada em 2015, verificaram o baixo comprometimento dos jovens com as questões que transcendem o autointeresse. Dessa forma, faz-se necessário um olhar mais atento à questão, com o objetivo de garantir um processo constante de renovação dos valores atrelados à cidadania, fortalecimento dos espaços democráticos e de participação política. (KLEIN; TORRES, 2015).

Destaca-se, então, o importante papel da escola e, aqui, faz-se durante o processo de formação, propiciando a reflexão e percepção de como as questões políticas afetam a sociedade da qual fazem parte. Martins e Dayrell (2013, p. 1272) apontam que “o indivíduo, ao atuar coletivamente, lida com suas tensões identitárias, constrói sua consciência e se reconhece dentro dos limites impostos pela sociedade e pelas relações sociais”.

Dentre essas tensões identitárias, Silva e Pimenta (2021) afirmam, reforçado por alguns jovens, que as principais dificuldades enfrentadas pela juventude atual é o medo de sobrar, a dificuldade de planejar a vida e pensar o futuro. Esses desafios enfrentados pelas juventudes podem ser observados em vários espaços onde eles se expressam, seja nas redes sociais, nos documentários, entre outros. Acredita-se que essas angústias podem ser a base propulsora para o despertar à participação política, visto que essas questões perpassam por esses aspectos e a

expressão jovem como sujeito de direitos só tem sentido se você pensar em políticas públicas de juventude (SILVA; PIMENTA, 2021).

Acreditamos que o jovem tem uma grande força de transformação, não à toa buscou-se abafar os movimentos sociais e participação juvenil nos grupos decisórios. “Os jovens se tornaram alvos preferenciais da cultura de consumo que, por meio da publicidade, textualiza a juventude nas imagens de potência, felicidade e bem-estar, num jogo que embaralha fragmentos textuais com vistas à manutenção da lógica cultural do capitalismo” (CASTRO, 2011, p. 309).

Nesse sentido, há o predomínio dos interesses pessoais em detrimento do coletivo, tendo em vista ser interessante para o capital que os grupos que poderiam questioná-lo estejam tão envolvidos consigo mesmos e não se ocupem por refletir sobre questões sociais que envolvem a sociedade em geral.

Para Prado e Perucchi (2011), os sujeitos políticos colocam em risco a própria política e as bases do seu consentimento, perturbam as hierarquias pactuadas da subordinação e produzem modificação naquilo que é visível, dizível e contável. Assim, não são os sujeitos de direitos simplesmente, mas questionam a base dos direitos sociais. Nesse sentido, a juventude como sujeito político manifesta-se enquanto crise do acordo entre as hierarquias funcionais e critica a lógica de dominação que se reproduz pelas gerações como lógicas naturais.

Certamente esses são alguns dos motivos pelos quais a mídia chega a criminalizar movimentos sociais juvenis enquanto os partidos políticos e/ou outras instâncias dominantes buscam minimizar as vozes das juventudes e estereotipar os jovens a partir de atos criticados pela sociedade que são específicos de um determinado grupo como definidor dessa geração. Para Castro (2011), a compreensão do que vem a constituir os direitos juvenis não está nas mãos e na ação dos jovens, mas de determinados setores da sociedade que agregam seus interesses específicos às lutas juvenis e em nome delas.

Prado e Perucchi (2011, p. 350) destacam que “[...] o avanço histórico de considerar que jovens possuem direitos sociais, ainda que os insira no universo da governança institucional, está distante de lidar com o jovem como sujeito político [...]”. E é nesse contexto de dicotomia que está inserida a escola como uma instância que deve formar os sujeitos para compreender e quiçá modificar o sistema em que vive, pois é necessário conhecer para intervir e participar de maneira crítica e qualificada.

Para colaborar com as reflexões, Silva (2015) destaca que:

A força social da escola torna quase obrigatória a inserção do jovem em seus espaços. Mas a demanda que o mundo atual solicita a ela evidencia um conflito: cabe à escola gerar novas qualidades de ensino; desenvolver aptidões criativas; acelerar o processo de formação; inseri-los nas novas formas e conteúdos do trabalho; atualizar-se pedagogicamente. Enquanto que o jovem aluno, formado pelos novos ethos da cultura juvenil, dista-se, ontologicamente, dessas demandas, sofre representações negativas na mesma direção que, negativamente, representa a escola. O saldo é, entre ambas, formar um reino de perplexidade. (p. 53).

Gallo (2015) corrobora com as reflexões de Silva (2015) quando afirma que:

[...] é necessário que a educação não se restrinja às ciências, às letras a às artes, de modo geral, isto é, a educação não deve estar voltada apenas para o intelecto, mas deve também dirigir-se para os sentidos e a manipulação das coisas, e o aprendizado artesanal do trabalho. Para a realização da aprendizagem politécnica, não basta uma escola comum, é necessária uma oficina escola, onde a manipulação das coisas seja possível, onde a aplicação prática dos conhecimentos teóricos seja imediata e onde do próprio trabalho prático se possa chegar à formulação e ao entendimento de novos conceitos teóricos. (GALLO, 2015, p. 58).

A escola precisa olhar para o jovem como um trabalhador que vive em condições específicas de trabalho e que pode ter no espaço escolar um lugar importante de discussão. A partir do conhecimento e da formação crítica e política, acredita-se que o sujeito não será alienado e sentirá a necessidade de intervir em situações de injustiças e buscará acessar e reivindicar direitos e zelar pela coisa pública, inclusive acompanhando e cobrando a ação do Estado.

Pois o objetivo é que os jovens não apenas proponham políticas, mas que exerçam posturas críticas do fazer política. “Os jovens se orientam em princípio pela irreverência, pelo questionamento, por desestabilizar verdades, pela crítica e essas são construções importantes para o novo, para a renovação. Então, a participação dos jovens é importante [...] para rejuvenescer o fazer política” (CASTRO; VASCONCELOS, 2007, p. 110).

Apesar de ter-se destacado neste ensaio uma fase geracional (a juventude) compreende-se que essa formação poderá refletir em toda a vida do sujeito, uma vez que, ao chegar à fase adulta, as bases educativas permanecerão e isso refletirá no processo de construção de uma sociedade mais crítica e participativa.

3 Considerações finais

Ao tecer algumas considerações a fim de finalizar, mesmo que provisoriamente, este ensaio, destaca-se que quando acreditava-se que a sociedade brasileira viveria um processo de superação de questões envoltas às juventudes como é o caso do racismo, do sexismo, da homofobia, da intolerância religiosa, dentre outros, estas têm retornado às pautas por meio de discursos e ações de uma parte da população e de alguns representantes políticos. Sendo assim, interessa-nos refletir sobre a compreensão de coletividade por parte dos jovens, o que se considera fundamental para que se possa minorar estas problemáticas.

A politecnicidade, então, pode contribuir com o desenvolvimento do senso de importância da participação política nos jovens, tendo em vista que se espera que o sujeito formado em seus aspectos culturais, científicos, técnicos e tecnológico seja mais crítico e reflexivo.

Entendendo política além do aspecto partidário, o jovem poderá questionar a organização societária e contribuir com a construção de novos caminhos para problemas históricos e acessar direitos negados pelo Estado, não somente para si como para a sociedade em geral.

Frequentemente, vemos jovens que foram vítimas ou atores de violência, seja ela verbal, psicológica ou física, muitas vezes motivadas por notícias falsas, intencionalmente produzidas para criar boatos ou expor alguém a fim de prejudicá-lo ou tirar proveito da situação, o que pode evoluir, causando danos não somente à vítima, mas para os que lhe são próximos ou até mesmo a um grupo social. Acredita-se que a consciência política coletiva e o entendimento de que todos somos sujeitos de direitos com realidades distintas, reduziria esses acontecimentos.

Por fim, considera-se que EPT e, especialmente o ETIEM, a partir dos conceitos privilegiados neste ensaio se materializam de forma a garantir uma formação com visão crítica dos problemas da comunidade e com um alicerce educacional interconectado com uma educação problematizadora, dialógica, omnilateral, politécnica e acima de tudo libertadora.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: por que frequentam?** Brasília: OEI, MEC, 2015.

BRASIL. **Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/12852.htm. Acesso em: 23 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 23 dez. 2020.

CASTRO, Lucia Rabello de. Os jovens podem falar? Sobre as possibilidades políticas de ser jovem. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE JUVENTUDE BRASILEIRA*, 4., 2010, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: PUCMinas, 2011. p. 299-324. Tema: Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades.

CASTRO, Mary Garcia; VASCONCELOS, Augusto. Juventudes e participação política na contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. *In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlo Gil. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade***. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007. p. 79-116.

CUNHA, Luis Antônio. **Ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. *In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradição***. São Paulo: Cortez, 2005. p. 57- 82.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GALLO, Sílvio. **Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação**. São Paulo: Intermezzo Editorial, 2015.

GUARÁ, Isa Maria Rosa. É imprescindível educar integralmente. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 15-24, 2006.

KLEIN, Ana Maria; TORRES, Julio Cesar. Educação, projetos de vida e participação política da juventude. **Ponto-e-vírgula**, São Paulo, n. 17, p. 251-269, 2015.

LARANJEIRA Denise Helena Pereira; IRIART, Mirela Figueiredo Santos; RODRIGUES; Milena Santos Rodrigues. Problematizando as transições juvenis na saída do ensino médio. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 117-133, jan./mar. 2016.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. Juventude, projetos de vida e ensino médio. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, out./dez. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302011000400010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 23 dez. 2020.

MACHADO, Lucilia Regina de Souza. Politecnia no ensino de segundo grau. *In: GARCIA, Walter; CUNHA, Célio da (coord.). **Politecnia no ensino médio***. São Paulo: Cortez, 1991. p. 51-64.

MARTINS, Francisco André Silva; DAYRELL, Juarez Tarcísio. Juventude e participação: o grêmio estudantil como espaço educativo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1267-1282, 2013.

PASQUALLI, Roberta; SILVA, Angela; SILVA, Vitor Gomes da. A pesquisa como princípio educativo no currículo integrado. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 24, p. 509-522, ago. 2019a. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/6294>. Acesso em: 3 nov. 2020.

PASQUALLI, Roberta; SILVA, Vosnei da; SILVA, Adriano Larentes da. Limites e potencialidades de materialização do currículo integrado: uma análise dos planos de ensino e diários de classe. **Revista Contexto & Educação**, Ijuí, RS, v. 34, n. 109, p. 104-120, 2019b. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/7631>. Acesso em: 24 dez. 2020.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; PERUCCHI, Juliana. Hierarquias, sujeitos políticos e juventudes: os chamados “movimentos” juvenis circunscrevem um sujeito político na contemporaneidade? *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE JUVENTUDE BRASILEIRA, 4., 2010, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: PUCMinas, 2011. p. 347-359. Tema: Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades..

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do ensino médio integrado**. Belém: Secretaria de Educação do Estado do Pará, 2008. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2020.

SAVIANI, Demerval. O choque teórico da politécnica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/10.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

SILVA, Arthur Rezende da; PIMENTA, Carolina Barros. Juventudes com vidas provisórias e em suspenso: onde aterrar? Considerações sobre o Ensino Médio Integrado e sua relação com os anseios da juventude da classe trabalhadora. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/110981>. Acesso em: 7 nov. 2022.

SILVA, Maciel Pereira da. Juventude(s) e a escola atual: tensões e conflitos no “encontrodeculturas”. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 46-59, jan./jun. 2015.

SOUZA JÚNIOR, Justino de. Omnilateralidade. *In*: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio César França. **Dicionário da educação profissional em saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009. p. 284-292